

Gustavo Fernando Kuhlmann: um bandeirante na cruzada da instrução (1910-1930)

Gustavo Fernando Kuhlmann: a paulista pioneer in a instruction crusade (1910-1930)

Elizabeth Figueiredo de Sá¹

Justo e natural, pois, virem os governos de outros Estados solicitar, como no tempo das bandeiras, o contingente paulista para a cruzada da instrução.

Poliantéia (1946)

Resumo

Este artigo tem como objetivo demonstrar que a representação do bandeirismo da educação, apropriada pelos normalistas paulistas, impulsionou-os a largarem seus lares e partirem em missão civilizadora. Terá como foco a experiência do professor Gustavo Fernando Kuhlmann, que viajou em comissão para Mato Grosso atuando no período de 1910 a 1916, quando então retornou para o estado de São Paulo e deu continuidade ao seu trabalho na educação até 1930. Concluiu-se que em determinado momento a apropriação da representação do bandeirismo pelos normalistas paulistas, extrapolou a missão a eles confiada de disseminação do modelo escolar, transformando-se na sua finalidade de vida.

Palavras-chave: Bandeirismo na educação. Educação. Mato Grosso. São Paulo. Gustavo Kuhlmann.

Abstract

This article aims to demonstrate that the representation of pioneer's education, property by the normalist paulistas, drove them to leave their homes and leave in civilizing mission. Will focus the experience of teacher Gustavo Fernando Kuhlmann who traveled in committee to Mato Grosso acting in the period of 1910 to 1916, when returned to the state of São Paulo and continued his work in education until 1930. It was concluded that the ownership of pionner representation by the normalist paulistas, extrapolated the mission entrusted to them of spreading of a school model and became a directing for all educational activities.

Keywords: Pioneer's education. Mato Grosso. São Paulo. Education. Gustavo Kuhlmann

1 Professora Adjunta da Universidade Federal de Mato Grosso. Doutora em Educação. Pós-doutoranda em Educação pela Universidade de São Paulo, pesquisadora do NIEPHE - FEUSP e do GEM- IE-UFMT. E-mail: bethfsa@uol.com.br. CEP: 78.060-900. Telefone: (65) 3615-8444.

Como no tempo das bandeiras...

Fernando de Azevedo em seu livro *Um trem corre para o Oeste* (1950) delinea o perfil dos bandeirantes paulistas que, no final do século XVII e início do XVIII, avançaram o sertão “por água e por terra, através de saltos, cachoeiras e corredeiras, de florestas compactas e do labirinto dos pantanais” à caça aos índios e à exploração do ouro. Na segunda metade do século XIX, após um longo período de pausa e estagnação, novamente investiram no desbravamento das florestas, não mais a procura de índios ou ouro, mas para a construção da estação de ferro, como meio de drenar os produtos agrícolas, principalmente o café, como também a penetração do interior à procura ou para exploração em maior escala de terras cultiváveis e férteis (AZEVEDO, 1950, p. 66). Independente de exterminar várias povoações indígenas e desmatar florestas inteiras, o bandeirante paulista representa o homem determinado e destemido, que enfrenta qualquer perigo ou imprevisto para cumprir a sua missão.

Nesse mesmo período, no setor educacional, os normalistas paulistas receberam a alcunha de bandeirantes. Isto porque o sistema escolar modelar criado pelos governantes do estado de São Paulo, era difundido pelo país através, principalmente, de empréstimo de professores, que, em prol da civilização e do progresso, seguiram em missão para diferentes localidades, “como no tempo das bandeiras”, com a finalidade de divulgar e implantar a escola graduada, peça fundamental desse sistema de educação pública. Uma verdadeira “cruzada da instrução” (POLIANTÉIA, 1946, p. 69).

O artigo intitulado *Bandeirismo*, parte integrante da Poliantéia do Centenário da Escola Normal Caetano de Campos (1946), elenca os ex-alunos dessa instituição, “onde forjaram-se as primeiras armas didáticas e de onde saíram os primeiros combatentes”, que realizaram missões nos mais diversos estados brasileiros a convite dos governantes. Foram eles:

ACRE - Paulo de Carvalho, Laonte Fernandes de Andrade Só, Filipina Leopoldo de Andrade Só.

PARÁ E DISTRITO FEDERAL – Sud Menucci

DISTRITO FEDERAL, CEARÁ, GOVERNO FEDERAL – Lourenço Filho

PERNANBUCO - José Ribeiro Escobar, José Scaramelli, Fabiano Lozano.

ALAGOAS – Luiz de Toledo Piza Sobrinho

SERGIPE - Carlos da Silveira

ESPIRITO SANTO - Carlos Alberto Gomes Cadim,

Carlos Alberto Gomes Cadim (Filho), Rafael Grisi.
 MINAS GERAIS - Sebastião de Faria Zimbres.
 PARANÁ - Cesar Martinez, Serotonio Bittencourt Junior,
 Rubens de Carvalho, Henrique Antonio Ribeiro.
 SANTA CATARINA - Orestes Guimarães, Cacilda
 Rodrigues Guimarães, Henrique Gaspar Midon, José
 Donato Verano Pontes, Sebastião Oliveira Rocha.
 GOIAZ- Humberto de Souza Leal.
 MATO GROSSO - Gustavo Kuhlmann, Leovigildo
 Martins, Rubens de Carvalho, Almeida Júnior, Aurora
 Coelho, José Antonio Rizzo.
 TERRITÓRIO DE PONTA PORÁ - Leônidas Horta de
 Macedo, Rafael Grisi. (POLIANTÉIA, 1946, p. 69)

O autor, ciente de possíveis equívocos, justifica-se, denunciando ausência de pesquisa dos historiadores sobre o tema e a precariedade da documentação a que se teve acesso².

Não foi somente da Escola Normal Caetano de Campos que saíram os *bandeirantes do ensino*. Em artigo intitulado *Missões de professores paulistas*, Carlos da Silveira (1917, p. 240), que esteve em missão no estado de Sergipe, afirma que “varias teem sido, pois, as comissões desempenhadas por professores sahidos alguns da Escola Normal Secundária de São Paulo, outros das antigas Escolas Complementares, e tambem das Normaes Primarias”.

Quais eram os critérios para a seleção, escolha ou indicação dos professores para formarem as comissões aos estados? Segundo Carlos da Silveira, não era fácil ao governo de São Paulo encontrar professores que reunissem os requisitos exigidos para ocuparem cargos na administração pública em outros estados, pois, os que se encontravam aptos para a missão ou já estavam trabalhando e não queriam se aventurar a ir para outras localidades, ou, já haviam deixado a profissão em busca de outras oportunidades mais lucrativas. Para as missões, conforme a sua experiência há necessidade “de homens entendidos em administração escolar e dispendo de orientação pedagógica; que sejam peritos mestres e tenham ainda iniciativa, muita energia, para vencerem os contratempes; outrossim, possuidores de uma certa finura diplomática, etc. [...]”. Entretanto, “os professores desta tempera não os ha por aqui em abundancia, antes pelo contrario, são até raros.” (1917, p. 243).

2 Embora a missão tenha realmente ocorrido, os nomes relacionados não correspondem à realidade, pois, em Mato Grosso consta a ida de Almeida Júnior e Aurora Coelho, dois professores que não foram para aquele estado.

Tal afirmação faz-nos indagar se não foi a dificuldade em encontrar os homens com tais características que impulsionou o governo de São Paulo a indicar rapazes, recém-formados e sem nenhuma experiência profissional, para ocupar cargos administrativos na educação pública de diferentes estados do país (como no caso de Mato Grosso, para onde foram recomendados dois rapazes na faixa etária dos 20 anos de idade).

Mesmo não sendo a realidade tão fácil e “os resultados das missões paulistas não tem correspondido ao que dellas se esperava”, conforme afirmava Silveira (1917, p. 240), a documentação aponta para o sentido de que as *representações* do bandeirismo dos normalistas paulistas foram, em alguns casos, *apropriadas* por professores de outros estados. Em Mato Grosso, o professor Ulisses Cuiabano³ em uma poesia escreve:

Antigamente, um bando ousado e temerário
Os paulistas viris batiam os sertões
As selvas desbravando e, num labor diário,
Plantavam, sem cessar, novas povoações [...]

Normalistas gentis, vós sois os bandeirantes
Que rompendo por entre as selvas misteriosas
Que envolvem, com vigor, os cérebros ignorantes.

Ides ali plantar, com peregrinas mãos
A árvore do saber, de flores radiosas,
De perfumes sutis, de rútilos clarões. (CUIABANO, s/d)

O poeta compara as ações dos normalistas com a dos bandeirantes e, com isso, ressalta a benevolência desses que desbravavam as terras “plantando novas povoações e que, em outro momento, iam plantar com peregrinas mãos, a árvore do saber. Com isso, ao expressar que os normalistas paulistas iriam desbravar os cérebros ignorantes”, o autor desconsidera a construção social e educacional que vinha sendo formulada em seu estado, apossando-se da idéia de que tudo estava por ser feito na educação mato-grossense.

Tal apropriação não se deu por mero acaso, mas veio ao encontro do que Lawn (2000, p. 70) afirma: “[...] a identidade do professor é ‘produzida’ através de um discurso que, simultaneamente, explica e constrói o sistema. A identidade do

3 Bacharel e, Ciências e Letras, contador, poeta, jornalista e professor do Liceu Cuiabano e da Escola Normal de Cuiabá.

professor simboliza o sistema e a nação que o criou.” Por isso, conforme o autor, uma das razões para que a identidade dos professores seja gerida é porque ela deve ajustar-se à imagem do próprio projeto educativo da nação. Pode-se afirmar então que a gestão da identidade profissional dos professores é uma preocupação fulcral do governo na condução do sistema educacional e escolar de uma nação.

Nesse sentido, os governantes paulistas, desde o final do século XIX, devido à importância dada à educação popular, possibilitaram a “constituição de representações sobre a profissão docente nas quais o professor passou a ser responsabilizado pela formação do povo, o elemento reformador da sociedade, o portador de uma nobre missão cívica e patriótica.” (SOUZA, 1998, p. 61).

Apóstolos da Civilização, heróis anônimos da República ou *bandeirantes*, os professores formados pelas Escolas Normais deveriam ter consciência de sua missão: “reformatar a escola e levá-la a realizar as grandes finalidades da educação pública.” (SOUZA, 1998, p.61).

Este artigo pretende demonstrar que a *representação* (CHARTIER, 1990) do *bandeirismo* na educação, apropriada pelos normalistas que partiram em comissão para outros estados, os impulsionou a largar seus lares e partir em missão civilizadora. A objetiva estará voltada à primeira comissão de normalistas que foi a Mato Grosso para “reorganizar” a instrução pública daquele Estado, privilegiando o olhar sobre o professor Gustavo Fernando Kuhlmann, que trabalhou naquela localidade no período de 1910 a 1916 e, posteriormente, retornou ao seu estado de origem dando continuidade à atuação na educação até 1930, quando faleceu. Para isso serão utilizadas algumas materializações dessa representação em circulação: são periódicos, publicações, legislações, entre outros documentos encontrados no Arquivo Público de Mato Grosso, no Núcleo de Estudos e Documentações da História Regional (NDHIR-UFMT), no Arquivo Público de São Paulo e no Acervo particular da professora Adozinda KUHLMANN.

A missão educacional em Mato Grosso

Em busca de uma renovação do ensino mato-grossense, nos moldes como vinha acontecendo em todo país, o vice-presidente do Estado, Cel. Pedro Celestino Corrêa da Costa, solicitou ao estado de São Paulo o empréstimo de dois professores paulistas para reorganizarem o ensino público do Estado. Com a indicação de Oscar Thompson, diretor geral da Instrução Pública, foram recomendados os nomes dos professores recém-formados (1909) Leowigildo Martins de Mello e Gustavo Fernando Kuhlmann, colegas de classe. Eles assinaram o contrato e chegaram a Capital mato-grossense em 2 de agosto de 1910.

Já questionamos anteriormente o que teria levado São Paulo a indicar dois normalistas recém formados⁴, mas a ida desses rapazes para Mato Grosso levou-nos também a refletir sobre o que impulsionou esses normalistas, que haviam se destacado no curso com ótimas notas, a deixar seus lares e ir para o interior do país em missão de trabalho? Direcionando o olhar para Gustavo Kuhlmann, tal pergunta se torna ainda mais intrigante, pois, além de ele já estar atuando como professor adjunto no Grupo Escolar de Bebedouro (ANNUÁRIO, 1909, p. 317), pertencia a um lar que se destacava no cenário social, político e educacional de São Paulo.

Kuhlmann era filho de Alberto Kuhlmann que, como engenheiro, participou ativamente da urbanização da cidade de São Paulo; como deputado estadual, da 1ª Constituição do Estado de São Paulo em 1891; e, como jornalista, trabalhou para alguns jornais, tais como *O Estado de S. Paulo*. Era irmão de Guilherme Jorge KUHLMANN, que havia se formado também na Escola Normal Caetano de Campos (1906) e atuava, na ocasião, como diretor escolar do Grupo Escolar de S. José do Rio Pardo.

Inicialmente, Mello e Kuhlmann trabalharam juntos. A primeira conjunta foi visitar as escolas públicas primárias da Capital para terem clareza do contexto educacional. Segundo relatório de Mello, *tudo estava por fazer* (MELLO, 1911). Eles não iriam admitir que em muitas localidades no seu estado de origem, cuja situação era muito próxima a encontrada em Cuiabá, diferenciada, especialmente na capital, pelo amplo funcionamento da Escola Normal de São Paulo e dos grupos escolares.

Investiram na reorganização do ensino público; implantaram a Escola Normal, a Escola Modelo e os grupos escolares; elaboraram os programas e horários das escolas isoladas, tudo isso conforme acontecia no estado de São Paulo, por determinação da própria presidência de Mato Grosso (DECRETO nº 258, de 20/08/1910). No entanto, a inviabilidade de se “copiar” exatamente as diretrizes educacionais de outro estado, foi advertida por Mello em seus relatórios.

Juntamente com essas ações iniciais, Mello assumiu a direção da Escola Normal e Modelo anexa e Kuhlmann a direção do Grupo Escolar do 2º distrito, ambas em Cuiabá-MT. O primeiro atuou mais diretamente na educação e na imprensa e, o segundo, dono de um temperamento mais impulsivo, atuou não só na educação e na imprensa cuiabana, como também na política local. Nos anos seguintes, outros paulistas foram ao estado ajudar ao trabalho de reorganização da instrução pública: Ernesto Sampaio, João Brienne de Camargo, José Rizzo, e

4 Cf. VIDAL, SÁ (no prelo), SÁ (2007).

Waldomiro Campos.

Kuhlmann criou e dirigiu (1912) o jornal mensal *O Amiguinho*, voltado para o público infantil; e, publicou o livro *Bondade e Pátria*, aprovado pelo Conselho Superior da Instrução Pública (1915) para ser adotado nas escolas primárias na formação moral e cívica das crianças.

Mais diretamente na direção do Grupo Escolar Senador Azeredo, teve uma atuação elogiosa, mas também foi alvo de críticas, principalmente no que se refere à prática de avaliação que na escola graduada tomou o caráter não só de conclusão de curso, como era utilizada nas escolas isoladas, mas também de promoção do aluno para o próximo nível (representando sucesso, quando o aluno era promovido para a série seguinte, ou fracasso, quando permanecia na mesma série), gerando resistência por parte do professorado. Como astúcia, os professores dos grupos escolares encontraram uma forma de camuflar os resultados dos exames, selecionando somente os alunos que consideravam “aptos” a prestarem as provas. Desse modo, a aprovação/sucesso seria garantida (SÁ, 2006).

Mesmo diante da indignação do diretor do Grupo Escolar de Poconé, o professor Waldomiro Campos, que dissertou sobre tal situação em seu relatório à Diretoria da Instrução Pública (1916), ponderou que essa prática tornou objeto de debate público somente no que concerniu ao Grupo Escolar Senador Azeredo, onde Kuhlmann era diretor. O educador, suas ações e publicações, era constantemente alvo de críticas, por parte de opositores católicos, ligados ao jornal católico *A Cruz*.

O resultado geral dos exames prestados no referido Grupo e publicado na *Gazeta Oficial* ofereceu a oportunidade de denúncia ao jornal católico: “191 matriculados, 28 aprovados! E os 93 de diferença, que é deles? Sumiram-se?” Continuou o articulista:

O 3º ano da seção masculina e o 4º das duas seções não compareceram aos exames por *desejarem os alunos repetir as RESPECTIVAS CLASSES* no ano próximo.

Não gabamos o gosto singular destes alunos do Sr. Kuhlmann. *Repetir o ano por vontade própria* equivale dizer: procurar o próprio mal, ir de encontro aos próprios interesses... e quando se via semelhante disparate?

Vejam os final da NOTA do Sr. Kuhlmann: ‘e também (quiseram repetir o ano...) de acordo com a informação prévia dos adjuntos que os *julgaram pouco preparados?* Srs Pais de família, ouvistes? – 121 matriculados, 28 aprovados, os outros... não preparados.

Se para o fim do ano próximo também não forem preparados, isto não influi... se lhes dará um prêmio de perseverança e a promoção por antiguidade. (JORNAL A CRUZ, 28/11/1915, p.3) (Grifo do autor).

A documentação sugere que os confrontos entre KUHLMANN e os representantes do jornal *A Cruz* começaram desde 1912, quando o paulista publicou artigos na Revista *A Nova Época*⁵ intitulados de *Conferências Pedagógicas*⁶. Assim que era publicada uma Conferência Pedagógica, o jornal *A Cruz*, analisava as abordagens de Kuhlmann para, se possível, desmoralizá-lo. Em várias edições do jornal, o professor era chamado de *neo-pedagogo*, *ignorante*, *beocio*, entre outros adjetivos. As provocações eram rebatidas pelo normalista, em jornal de oposição (AMÂNCIO, 2008).

Em certos momentos, tais divergências extrapolavam o âmbito educacional voltando-se para a política local, pois, tanto o desembargador João Carlos Pereira Leite, diretor do jornal *A Cruz*, quanto Kuhlmann eram membros do Partido Republicano Conservador, que tinha como Diretor o Coronel Joaquim Caraciolo Peixoto de Azevedo, sogro de Kuhlmann. É possível averiguar tais divergências através do livreto *Esclarecimentos* (KUHLMANN, 1914). Segundo ele:

Em política, como em crenças, como também em questões sociais tenho já bem acentuados, sinão bem definidos meus ideais. (...) Os meus ideais políticos encaminham-se na pratica a pertencer ao Partido Republicano Conservador, por isso que segundo esses ideais os verdadeiros republicanos são justamente os melhores conservadores. Os ideais desse partido, publicados em 1910, estão muito próximos dos ideais que tenho como doutrina.(...)

5 Impressa nas oficinas da Gazeta Oficial, a Revista teve em quatro números publicados: Dr. Marinho Rego, José T. Campos, Isac Povoas, Dr. Otavio Cunha, Francisco Azzi, Joaquim de Siqueira, Luiz Terencio, Antonio Vieira de Almeida, J. Brienne, Gustavo Kuhlmann, Ulisses Cuiabano, Dr. Augusto Cavalcanti, Antonio Fernandes de Souza, Firmo José Rodrigues, Alcindo de Siqueira, Olegário de Barros, Jerônimo Macerata, Leowigildo de Mello e Estevão de Mendonça (MENDONÇA, 1919).

6 A primeira *Conferência Pedagógica* foi publicada do dia 24 de março de 1912, seguida, em edições posteriores, de outras conferências numeradas de I ao VII.

Entretanto, não quero dizer que me contrariasse, em todos os sentidos, a retirada do desembargador João Carlos da direção do partido. Dada a lamentável confusão que esse senhor faz de questões políticas, religiosas e pessoais, a sua parte na direção do partido sempre se resentiria desse defeito. A sua permanência nesse lugar dava prestígio ao clericalismo que em tudo se quer intrometer e, ao qual, o desembargador de há muito que infelizmente se entregou (KUHLMANN, 1914, p.3-7)

As desavenças entre o professor e os católicos podem ser interpretadas por vários aspectos: inicialmente, pela questão religiosa, pois KUHLMANN era declaradamente anticlerical e defensor veemente da laicidade do ensino; em segundo lugar porque grande parte da sociedade local professava a religião católica e a indicação de um jovem de 20 anos para ocupar um cargo de relevância na administração do ensino, pode ter gerado ciúmes nos conterrâneos mais velhos; e, além disso, a ânsia de “colocar tudo em ordem”, pois para eles *tudo estava por fazer*, pode ter sido interpretado como uma atitude prepotente da sua parte.

Porém, vale ressaltar que reações, algumas vezes agressivas, da população local, que recebia um *bandeirante*, foram apontadas por Carlos da Silveira como um fator que dificultava as missões paulistas. Segundo o professor:

Um facto salta logo aos olhares do observador e é o excessivo regionalismo de certos habitantes, patrícios nossos, não permitindo um recebimento como convinha fosse feito aos que de uma zona vão a outra levando o animo de trabalhar, mais nada. Muitas ninharias apparecem, as intrigas maçantes de levantam, a politicagem sórdida volta-se para o estrangeiro (!) a quem se atiram, nos jornaes, artiguetes insultuosos e semelhantes productos da imprensa. Não se diga que nós devemos collocar acima destas coisas: não há duvida que assim é, mas também é certo que, por detrás das lamas, muita má vontade occulta e isto aborrece (...) (SILVEIRA, 1917, p. 243).

Em 1916, em pleno tumulto político devido à Caetanada, disputa política armada entre o Partido Republicano Conservador (PRC) e o Partido Republicano Mato-grossense (PRMT), faleceu o seu sogro (06/09/1916) e os contratos com os normalistas paulistas foram rescindidos. Kuhlmann, então, retornou ao estado de São Paulo.

Um bandeirante em seu próprio Estado

Após a agitada estada em Cuiabá, Kuhlmann retornou para São Paulo acompanhado de sua nova família: esposa e três filhos. Porém, não regressou para o município de Bebedouro, em que estava lotado, reassumindo a função de professor adjunto no Grupo Escolar “Dr. Almeida Vergueiro”, em Espírito Santo do Pinhal⁷.

Rodrigues (2007, p. 48) ressalta que o município, composto principalmente de imigrantes, em sua maioria de origem italiana, estava em expansão devido ao café, a ferrovia, a imigração e ao investimento na educação, representado pela implantação do grupo escolar. Porém, Kuhlmann não permaneceu por muito tempo nessa cidade, atuando por apenas seis meses na instituição (Livro de Controle de professores adjuntos (1905 a 1920), p. 36).

Sua breve permanência na função pode ter sido devido à influência de seu irmão, Guilherme Kuhlmann, Inspetor Escolar desde 1913, na indicação de seu nome para atuar como diretor do Grupo Escolar “Cerqueira Cesar”, no município de Paraibuna. Um cargo administrativo e, conseqüentemente, com melhor salário.

Esse Grupo Escolar tinha nove classes, sendo três do primeiro ano, duas classes no segundo, terceiro e quarto anos (ANNUÁRIO, 1918, p. 329). Apresentava um problema já conhecido por Kuhlmann em Mato Grosso: o grande número de retenção nos anos escolares. Porém, conforme é possível verificar através do *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo*, essa dificuldade se fazia presente em quase todos os grupos escolares do estado, o que indica que os professores não “aconselhavam” os alunos a prestar os exames finais, conforme acontecia em Mato Grosso, deixando transparecer nos dados estatísticos o grande número de reprovação, principalmente nos primeiros anos escolares.

Esse problema foi tão generalizado que a Diretoria Geral da Instrução Pública, ao detectar a falta de uniformidade na promoção do aluno, variando de acordo com a maior ou menor exigência dos diretores, resolveu providenciar instruções claras e precisas sobre o assunto (ANNUÁRIO, 1918, p. 331). No Grupo “Cerqueira Cesar”, dos 172 “analfabetos matriculados”, somente 65 foram promovidos para o segundo ano, o equivalente a 37,8% do total de alunos.

Trabalhando havia apenas dez meses nessa instituição, KUHLMANN já estava inquieto com a localidade e com o trabalho:

7 O jornal *A Comarca de Penápolis* (n.1.367, 8/12/1963) traz um artigo escrito por Carmita de Mello Ahmad, que conheceu Gustavo Kuhlmann quando este atuava como inspetor de ensino em Penápolis, que afirma que ele, ao retornar para São Paulo, trabalhou como professor da escola isolada de Itanhaém e depois foi transferido para o Espírito Santo do Pinhal. Entretanto, não encontramos nenhum documento que comprovasse tal afirmação. Pelo contrário, em *Livro de Controle de professores adjuntos (1905-1920)* consta que o seu exercício anterior era de professor adjunto de outro grupo escolar e não proveniente de uma escola isolada.

[...] o povo sem deixar de ser hospitaleiro, é ao mesmo tempo retrahido, pouco amigo de sociabilidade. O grupo escolar não pode progredir porque o pessoal não faz caso de lhe mandar os alunos. Isto tudo nos faz pensar em procurar outro lugar onde além dos recursos ganhos pelo governo, possamos arranjar mais alguma coisa, pois a barateza da vida que aqui compensava a escassez de recursos, vae se tornando cada vez mais falsa. Temos pensado, pois, em conseguir cousa melhor (KUHLMANN, 1918).

Ele havia se acostumado a atuar em diversas frentes e a ocupar cargos de maior destaque na educação. Voltar ao anonimato, ao trabalho corriqueiro da administração escolar talvez o deixasse desestimulado.

No início de 1920, foi removido para Penápolis, assumindo a direção do Grupo Escolar e, em dezembro do mesmo ano, assumiu a função de Inspetor Escolar. Com isso, voltou a trabalhar em diversas frentes, o que nos leva a pensar que reacendeu o ardor do bandeirante intrépido e desbravador, renovando sua paixão pelo que fazia.

Inicialmente, atuou juntamente com José Henrique Thin na 4ª Delegacia Regional de Ensino⁸, com sede em Guaratinguetá. Essa região continha a seguinte situação de ensino:

Tabela 1 – 4ª Delegacia Regional de Ensino

Municípios	Grupo Escolar	Escolas reunidas	Escolas isoladas	
			urbanas	Distritais e rurais
Areias	-	1	-	2
Bananal	1	-	-	7
Cachoeira	1	-	2	3
Cruzeiro	1	-	3	9
Cunha	1	-	2	5
Guaratinguetá	3	-	7	31
Jataí	-	-	2	3
Lorena	2	-	4	9
Pindamonhangaba	1	1	4	20
Pinheiros	-	-	2	7
Piquete	1	-	-	3
Queluz	1	-	1	5
S. Bento de Sapucaí	1	-	-	11
S. José do Barreiro	-	-	4	5
Silveiras	-	1	-	4
	13	3	32	124

Fonte: Anuário do Ensino, 1920-1921, 1923.

8 As Delegacias Regionais de Ensino foram criadas através da Lei n. 1750 de 8 de dezembro de 1920, artigo 6º.

É possível observar por meio da tabela que prevaleciam as escolas isoladas distritais e rurais, por ser essa uma região pastoril e agrícola, conforme relatado pelo delegado regional, Prof. João Alfredo dos Santos (ANNUARIO, 1923).

Essa realidade deve ter sido um estorvo à ação dos inspetores de ensino, tendo em vista o difícil acesso às escolas rurais, sendo obrigados a percorrer o trajeto no lombo de burro ou cavalo, e as precárias condições em que elas se encontravam: “Não têm sala decente, não têm mobiliário que preste, não têm livros nem essa variedade de pequeninas coisas que disfarçam a aridez da escola.” (ALMEIDA JR., 1966, p. 196). Faltavam também professores dispostos a atuar nessas localidades, pois, os que eram encaminhados para lá, normalmente recém-formados e sem experiência alguma, não viam a hora de retornar para a cidade, devido aos baixos salários e as condições precárias de trabalho e de vida.

Demartini (1989), ao escrever sobre as propostas e a realidade do ensino rural em São Paulo na, Primeira República, ressalta que outros fatores interferiam na escolarização das crianças da zona rural, tais como as parcas condições de vida dos roceiros, a própria localização da escola, seu horário de funcionamento e a necessidade de trabalhar com os pais. Mesmo assim, os alunos lutavam para continuar os estudos, andando “dois ou mais quilômetros, carregando o pacote de livros e um pedaço da infância.” (ALMEIDA JR., 1966, p. 193).

Somente no ano de 1921, Kuhlmann e Thin visitaram 249 escolas rurais e, talvez devido à inexperiência dos professores, principalmente da zona rural, apresentaram 208 aulas modelo⁹.

Sua experiência na zona rural talvez tenham ajudado Kuhlmann a compor o *Hymno da Escola Rural*, cantada com a música do maestro João Gomes. Na poesia, a simplicidade da escola rural é dissociada da escassez de recursos para ser relacionada à pureza e beleza:

Escolinha querida e modesta
De paredes branquinhas de cal!
És um dia risonho e de festa
Palpitando na vida rural!

A nossa alma formando enobreces,
Boa escola risonha e gentil!
Ensinando a cantar, como preces,
As cantigas do nosso Brasil! (KUHLMANN, s/d)

9 Não foi especificado no Anuário para quais escolas foram dadas as aulas modelo. Cf. Anuário do Ensino, 1920-21, p.19. Cabe ressaltar que as “aulas modelo” são incumbências dos inspetores escolares determinadas pelo Regulamento da Instrução Pública.

Atuando em outras frentes, como lhe era de costume, reeditou o livro de sua autoria *Bondade e Pátria* (1921), utilizado no ensino público mato-grossense, pela *Edições Melhoramentos*¹⁰ e, escreveu o *Hymno do Pavilhão Escolar* (1922), cantado diariamente em todas as escolas estaduais paulista.¹¹

Nessa região, KUHLMANN permaneceu por, aproximadamente, quatro anos, quando foi removido para a 11ª Delegacia Regional de Ensino, com sede em Bauru e responsável pelos seguintes municípios: Agudos, Albuquerque Lins, Araçatuba, Avaí, Bauru, Birigui, Lençóis, Penápolis, Pirajuí, Piratininga e São Manoel; municípios no entorno da estrada de ferro da Noroeste do Brasil.

É importante destacar, como o fez Fernando de Azevedo (1950), que a Noroeste foi responsável pela criação de novas povoações ao longo e à volta dos trilhos, ocasionando o rápido crescimento de suas populações, pelo fluxo de levadas de imigrantes e colonos.

Hoje é o caminho de ferro que funda as cidades e promove, com a indústria, as grandes aglomerações urbanas. Ele é o plantador de cidades, é o todo-poderoso nessa matéria, como se viu na Noroeste, em que numerosas vilas, hoje cidades de primeira ordem, como que brotaram do chão, na ponta dos trilhos, e pequenas povoações foram obrigadas muito simplesmente a transportar suas casas para onde queria o caminho de ferro. Assim, erguera-se, ao longo da estrada, cidades importantes como Lins, Penápolis, Birigui e Araçatuba, e, na variante, Valparaíso, Mirandópolis e Andradina (AZEVEDO, 1950, p. 76).

Kuhlmann reiterou a *representação*, predominante naquele período, da estrada de ferro como instrumento para o progresso da nação, em sua poesia *Noroeste*:

Noroeste

Outrora o sertão bruto, a mata secular,
Onde o selvagem nu lutava com o jaguar...
Bandos de tangarás dançavam barulhentos,

10 A Editora Melhoramentos pertencia à irmã de seu pai, Anna Maria Weiszflog e seu esposo Otto Friedrich Weiszflog.

11 O Pavilhão Escolar foi instituído pelo Decreto n. 3467 de 1 de junho de 1922. Segundo Guilherme Kuhlmann, *não tínhamos nos nossos estabelecimentos um signal exterior que indicasse o seu funcionamento; que dissesse aos transeuntes das ruas da cidade e aos viandantes das estradas sertanejas que a machina civilizadora do Estado de S. Paulo estava em plena actividade, garantindo a soberania da Pátria* (Anuario do Ensino, 1922-1923).

Choravam juritis ao vento. (...)
 Mas vem depois a luta,
 O bandeirante audaz pelos sertões a dentro investe.
 E surge num instante,
 Assombro de progresso, a noroeste!
 A mata virgem secular, gigante,
 Cai devastada num gemido agreste
 E o cafezal se estende verdejante
 Para o sul, para o norte, a leste e a oeste.
 O bandeirante é o grande tipo de escoteiro,
 Que vence tudo e por tudo passa,
 Atestado soberbo de uma raça! (KUHLMANN Apud
 AHMAD, 1963, p.1).

Reforça, outrossim, a representação do bandeirante: desbravador e aventureiro, portador da missão civilizatória e mensageiro do progresso, constituído pela fibra soberba da raça. Figuras do mosaico multifacetado do bandeirismo paulista, a Cia. Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, o escotismo, e Kuhlmann materializavam em suas ações as expectativas de superação do atraso nacional e de civilização do povo brasileiro.

Com as novas populações se alojando à margem dos trilhos, tornava-se necessário a instalação de escolas. Locomover-se de um povoado a outro significava aventurar-se por imensos “vazios” de uma densidade quase de deserto e por entre os sertões. Kuhlmann se tornou conhecido pelos seus esforços na organização escolar da vasta zona da Noroeste (DECRETO n. 25.632 de 17/3/1956). Mas, não encenava ele o próprio papel do bandeirante que, desbravando novas terras, prosseguia instalando novas escolas e propagando o ensino? Este feito não seria, para ele, uma repetição do que fez ao ir, em comissão, para Mato Grosso?

Durante a sua atuação nessa região, Kuhlmann organizou, entre muitas outras coisas, o escotismo, excursões e festas escolares (AHMAD, 1963), levando-nos a perceber que ele mantinha as mesmas convicções, os mesmos princípios cívicos nos quais foi formado, expressos no trabalho exercido em Mato Grosso.

Um jornal de Penápolis escreveu a seu respeito:

Como inspetor foi um conselheiro, um orientador inteligente e o estabelecimento por ele visitado, ficava cheio de harmonia pedagógica. Suas visitas eram queridas e desejadas por todos os professores.

Foi o plantador de escolas na zona Noroeste e um dos fundadores da Nossa Escola Normal Livre (Fragmentos de um jornal de Penápolis (s/d)- Acervo da D. Adozinda Kuhlmann).

Além das funções ligadas ao ensino, Kuhlmann não abandonou o seu gosto pela imprensa atuando como articulista do jornal *A Justiça e*, atuou também como advogado provisionado, sendo muito elogiado nessa função.

Em 1929, foi transferido para Lins e, de lá, já enfermo, foi removido para Santos. Faleceu no ano seguinte, aos quarenta anos de idade.

Algumas considerações

Curiosamente, o ciclo de vida de Gustavo Kuhlmann (1890-1930) se estendeu durante a Primeira República. Nasceu, cresceu, estudou e trabalhou partilhando dos ideais republicanos que propagavam a missão civilizadora do professor na construção da nação brasileira. Sua missão era clara para ele:

Ninguém pode ser mais, do que eu sou, patriota!
Ninguém, ao seu paiz, maior afecto, vota!
Amo este berço meu, e com sinceridade:
A terra onde nasci, toda a minha amizade;
Por ella, trabalhar em prol do prol do seu progresso.
Para tornal-a grande, é meu desejo expresso [...]
(KUHLMANN, 1912, p.2).

Acompanhando a sua trajetória profissional, foi possível perceber que ele se apropriou do discurso do bandeirismo paulista, deixando sua família e emprego para ir, em comissão, para o estado de Mato Grosso, uma realidade sociocultural bem diferente da que fora criado. Naquela localidade, procurou, juntamente com outros normalistas paulistas, Leowigildo Martins de Mello, Ernesto Sampaio, João Brienne de Camargo, José Rizzo, e Waldomiro Campos, implantar o modelo escolar em plena expansão pelo país, e contribuir para a formação dos professores que já estavam atuando no ensino público¹².

12 Sua atuação em Mato Grosso foi reconhecida, sendo homenageado como patrono de uma escola estadual desde 28/01/1966.

Ao retornar ao seu estado de origem, continuou o que considerava ser a sua missão. Atuou em diversas frentes em prol da comunidade e da educação. Seus atos foram lembrados em publicação oficial, Decreto n. 25.632, de 17/03/1956, que dá o seu nome ao grupo escolar de Botafogo:

Considerando que o professor Gustavo Fernando Kuhlmann exerceu, em longa e proveitosa atividade educacional os cargos de professor primário, diretor de grupo escolar e professor de educação, tendo em todos eles revelado notável espírito público e profundo apego à causa da instrução popular;

Considerando que as atividades deste Professor o recomendam à estima pública e ao reconhecimento de Estado que abnegadamente serviu, principalmente quando da grande conjuntura social criada pela gripe de 1918 e a organização escolar da vasta zona da noroeste, hoje superintendida por duas delegacias de ensino.

Considerando que o emérito paulista, autor de inúmeros trabalhos de real merecimento, especialmente na literatura infantil, que carinhosa e brilhantemente cultivou; foi um notabilíssimo exemplo de cidadão austero, operoso e digno, destacando-se tanto pelas suas qualidades de educador competente, como cidadão modelar [...].

A atuação do professor Gustavo Fernando Kuhlmann leva-nos a refletir sobre o bandeirismo paulista na educação, que, conforme foi possível observar, em determinado momento extrapolou a missão da disseminação das suas instituições modelares, transformando-se na sua finalidade de vida. E, numa outra perspectiva, nos impulsiona a questionar se as produções da História da Educação na Primeira República não estão impregnadas da representação do *bandeirismo*, ao fazerem alusão aos paulistas como os disseminadores do modelo escolar no ensino primário nos estados brasileiros. É algo a se pensar.

Referências

AMÂNCIO, Lázara Nanci de Barros. **Ensino de Leitura e Grupos Escolares:** Mato Grosso 1910-1930. Cuiabá-MT: EdUFMT, 2008.

ANNUARIO do Ensino do Estado de São Paulo. Publicação organizada pela Diretoria Geral da Instrução Pública, por ordem do Governo do Estado 1909. São Paulo: Typographia do “Diário Oficial”, 1910.

_____. Publicação organizada pela Diretoria Geral da Instrução Pública, por ordem do Governo do Estado 1918. São Paulo: Typographia do “Diário Oficial”, 1919.

_____. Publicação organizada pela Diretoria Geral da Instrução Pública, por ordem do Governo do Estado 1920/1921. São Paulo: Typographia do “Diário Oficial”, 1921.

_____. Publicação organizada pela Diretoria Geral da Instrução Pública, por ordem do Governo do Estado 1922/ 1923. São Paulo: Typographia do “Diário Oficial”, 1923.

_____. Publicação organizada pela Diretoria Geral da Instrução Pública, por ordem do Governo do Estado 1923. São Paulo: Typographia do “Diário Oficial”, 1923.

AHMAD, Carmita M. Um professor ilustre. **A Comarca de Penápolis.** Penápolis – SP, p. 1, 8/12/1963.

ALMEIDA JR. Antonio. **A Escola Pitoresca e outros estudos.** Rio de Janeiro: MEC/INP/CBPE, 1966.

AZEVEDO, Fernando de. **Um trem corre para o Oeste:** Estudo sobre a Noroeste e seu papel no sistema de viação nacional. São Paulo: Melhoramentos, 1950.

CHARTIER, Roger. **A história cultural:** entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand, 1990.

DEMARTINI, Zeila de Brito F. Cidadãos Analphabetos: propostas e realidades do ensino rural em São Paulo na 1ª República. In: **Cadernos de Pesquisa** n. 71. São Paulo, 1989, p. 5-18.

KUHLMANN, Gustavo. **Esclarecimentos.** Cuiabá: Casa Avelino, 1914.

_____. **Bondade e Pátria.** São Paulo: Melhoramentos, 1921.

_____. **Hymno da Escola Rural.** In: Acervo Professora Adozinda Kuhlmann.

_____. Hymno Pavilhão Escolar. In: **ANNUÁRIO do Ensino do Estado de São Paulo**. Publicação organizada pela Diretoria Geral da Instrução Pública, por ordem do Governo do Estado 1922/ 1923. São Paulo: Typographia do “Diário Oficial”, 1923.

_____. **Carta endereçada à sua sogra** In: Acervo Professora Adozinda Kuhlmann. Paraybuna, 17 de maio de 1918.

LAWN, Martin. Os professores e a fabricação de identidades. In: NÖVOA, A.; SCHRIEWER, J. (Orgs.). **A difusão Mundial da Escola**. Lisboa: Educa, 2000, p. 69-84.

MATO GROSSO. **DECRETO** n. 258 de 20 de agosto de 1910. Arquivo Público de Mato Grosso.

MELLO, Leowigildo Martins de. **Relatório da Escola Normal e Modelo anexa**, 1911.

POLIANTÉIA do 1º. Centenário do Ensino Normal de São Paulo, 1946.

RODRIGUES, Ana Claudia de Souza. **Grupo Escolar Dr. Almeida Vergueiro (1912-1915): a escolarização da infância em Espírito Santo do Pinhal, São Paulo**. Dissertação de Mestrado. FEUSP, 2007.

SÁ, Elizabeth Figueiredo de. **De criança a aluno: as representações da escolarização da infância em Mato Grosso (1910-1927)**. Cuiabá, MT: Carlini & Caniato: EdUFMT, 2007.

SÃO PAULO. **DECRETO** n. 25.632 de 17 de março de 1956. Acervo Professora Adozinda Kuhlmann.

SILVEIRA, Carlos da. Missões de professores paulistas. **Revista do Brasil**, ano II, v. V, n. 18, junho, 1917, p. 240-244.

SOUZA Rosa Fátima. **Templos de Civilização**. São Paulo: UNESP, 1988.

VIDAL, Diana G.; SÁ, Elizabeth F. Outra missão para outras bandas: a circulação de professores paulistas e do modelo de escola graduada. In: FARIA FILHO, Luciano M., PINHEIRO, Antonio Carlos F.(Orgs.). **Estudos Comparados sobre Grupos Escolares no Brasil: singularidades e convergências histórico educacionais**. Belo Horizonte: Editora Autêntica, no prelo.

Recebimento em: 28/07/2009.

Aceite em: 06/08/2009.